



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA
PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

NOÇÕES DE INCLUSÃO E DIVERSIDADE: A PERCEPÇÃO DAS CRIANÇAS DE DUAS TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Marcelo Oliveira da Silva

Maria Inês Côrte Vitória

PUCRS

1 INTRODUÇÃO

No presente estudo, propomos uma aproximação dos estudos da sociologia da infância para entender a percepção de alunos da Educação infantil sobre a inclusão e a diversidade presentes em suas salas de aula. O artigo é fruto de observações realizadas durante o segundo semestre de 2013 e em curso nesse primeiro semestre de 2014 em uma escola de Educação infantil da cidade de Porto Alegre, RS.

As discussões sobre a diversidade são historicamente recentes, em especial na educação. Quando se trata de discutir questões relacionadas à infância e a aceitação das diferenças no âmbito da educação ainda apresenta lacunas a serem preenchidas pela universidade, professores e pais. Tal necessidade se comprova quando se ouve as próprias crianças.

Sarmiento e Gouvea (2009, p. 13) acreditam que “A emergência de novas formas de inserção e participação social da criança questiona as estratégias de intervenção produzidas pela pedagogia, fundadas num modelo de infância que não encontra mais eco na vida social”. Dessa forma, vale investigar as nuances que essa nova realidade apresenta. A escola – contexto da investigação – é referência em educação inclusiva, fundamentando sua prática na psicanálise e na pedagogia de projetos (Projeto Político Pedagógico da Escola). A escola atende do berçário até a 5ª série do ensino fundamental e está em funcionamento desde 1990.

2 INFÂNCIAS E SEUS SIGNIFICADOS

Neste trabalho buscamos entender a criança a partir dos estudos da sociologia da infância, na qual encontramos a noção de que ela deve ser entendida em seu contexto e não



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

somente nas fases biológicas da evolução humana. Nesse sentido, as crianças desenvolvem-se em um contexto social, político, econômico e no convívio com adultos e outras crianças.

Para Sarmiento (2005, p. 365), “[a] infância é historicamente construída, a partir de um processo de longa duração que lhe atribuiu um estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade”. Arroyo (2009) compartilha desse mesmo pensamento, pois entende que as ciências humanas estão se debruçando sobre a infância, o que faz com que a própria pedagogia seja posta em cheque. Para o autor, a infância interroga a ciência para que sejam pensadas novas práticas educativas.

Explicitando melhor essas ideias, Ariès (2006) aponta que as mudanças começaram a se operar no fim do século XVII, principalmente em função da escola e da família. Para o autor, a escola substituiu a aprendizagem antes diretamente feita pelo convívio com os adultos. “[...] a criança foi separada dos adultos e mantida a distância em uma espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio.” (p. x) Já a família passa a ser constituída em função da criança e dos laços de afeição que passam a compô-la. A criança é desejada, educada e preparada para o mundo pelos pais.

Sarmiento (2005) sintetiza a questão ao afirmar que a construção da infância como a conhecemos hoje é fruto da separação entre o mundo dos adultos e o mundo das crianças, conseqüentemente há a institucionalização das crianças com universalização das escolas. As escolas, nas suas mais variadas nomenclaturas, são instituídas para as crianças bem pequenas até as acompanham até a entrada no mundo dos adultos. Tal separação das crianças do mundo dos adultos permitiu a criação de um sistema de proteção legal para a infância tanto no âmbito internacional quanto nacional.

Nesse processo, a universalização da educação e a criação dos direitos da criança têm papel fundamental para entendermos como a infância é entendida na atualidade. Em 1945 é criada a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO, 201[...]) com o propósito, num cenário pós-guerra, de construir a solidariedade entre os países por meio da educação para todos e como direito humano; pela proteção do patrimônio cultural e apoio a diversidade cultural; pela cooperação científica; e via proteção da liberdade de expressão. Nesse mesmo espírito, o United Nations International Children’s Emergency Fund (UNICEF, 2012) foi criado pelas Nações Unidas em 1946 como um organismo internacional humanitário com vistas à proteção da infância.



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

Uma série de documentos orientam tanto a educação quanto a infância em âmbito internacional. Destes, vale destaque para o artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que prevê o direito à instrução (ONU, 2000); A Declaração dos Direitos da Criança (UNICEF, 1989), em especial os artigos 18 e 23; e Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNICEF, 1990). Esses documentos legitimam e informam os países signatários sobre os cuidados, a educação e a proteção com os pequenos. Na segunda metade do século XX, influenciados pelos horrores da guerra grande parte dos países adotam os direitos humanos como bandeira e, por consequência, os direitos relativos à proteção da infância e a educação como um direito humano fundamental.

Sarmiento (2004) defende a ideia de que o desenvolvimento da escola, o núcleo familiar voltado para o cuidado com as crianças, o aperfeiçoamento das ciências relacionadas à infância e o surgimento das agências internacionais e do ordenamento jurídico internacional foram fundamentais para configuração da infância global. Ao mesmo tempo em que o efeito globalizador aproxima as pessoas e quebra as fronteiras, traz à tona as diferenças ressaltadas pelo autor. As peculiaridades locais são acentuadas pelo tratamento igualitário dado a realidades muito díspares.

Na Declaração dos Direitos da Criança, encontramos, já no artigo 1º, o conceito de criança como sendo toda a pessoa menor de 18 anos ou de acordo com a maioria de cada país. No Brasil, a maioria é alcançada ao se completar 18 anos (artigo 5º, Código Civil, BRASIL, 2002). A pessoa, ao se tornar maior de idade, está apta para todos os atos da vida civil e é imputável penalmente também (artigo 27, Código Penal, BRASIL, 1940).

No Brasil há 3 ordenamentos que merecem destaque para a compreensão da infância. O primeiro deles é a Constituição Federal (BRASIL, 1988), que ao tratar dos direitos sociais em seu artigo 6º determina a educação e proteção à infância como direitos de todos. Os direitos sociais estabelecidos no artigo 6º fazem parte do núcleo rígido da Constituição, também chamado de cláusulas pétreas, que são constituídos por normas que não podem receber emendas constitucionais. Portanto, somente a criação de uma nova constituição poderia alterá-las.

A própria Constituição Federal de 1988 prevê a criação de leis complementares que a regulamentem. É o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, BRASIL, 1990) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, BRASIL, 1996). O ECA estabelece



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

em seu artigo 1º que a lei se destina à proteção integral da criança e do adolescente. Seguindo essa linha, o artigo 2º afirma que: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990).

Ainda no ordenamento jurídico brasileiro, encontramos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, BRASIL, 1996), que estabelece as regras para todos os níveis educacionais. Portanto, institui as principais regras para a Educação infantil, que faz parte da Educação Básica (Educação infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, artigo 21). O conceito de Educação infantil está disposto no artigo 29 da LDB, que afirma:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (art. 29, LDB, BRASIL, 1996)

A inclusão da Educação infantil como etapa da educação básica foi considerado um avanço, pois a matéria foi muito discutida e até mesmo chegou a sair de algumas versões do projeto de lei que gerou a LDB (PEREIRA; TEIXEIRA, 1998).

Abramowicz e Levcovitz (2005, p. 83) entendem que “Criança é multiplicidade. Infância é una.” Nesta perspectiva, podemos pensar que há uma enorme multiplicidade de crianças com experiências, realidades e socializações distintas, mas há conceitos, direcionamentos e normatizações que dão um caráter homogêneo à infância, o que para as autoras leva a determinadas características que fazem com que a criança venha se tornar adulto. Assim, a infância é uma etapa preparatória para a vida adulta.

3 INCLUSÃO E DIVERSIDADE: Questões que evocam Ética

Autores da sociologia da infância, como Sarmiento (2009) e Sarmiento, Fernandes e Tomás (2007), apontam que o afastamento do mundo das crianças do mundo dos adultos faz com que as primeiras sejam excluídas da tomada de decisão sobre seus próprios direitos. Nas sociedades democráticas, os direitos foram sendo conquistados paulatinamente, entretanto concedem-se direitos às crianças, mas elas não podem exercer esses direitos plenamente. Cabe destacar que os autores não preconizam que as crianças tenham direito a voto ou



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

qualquer outro tipo de exercício direto de um direito, apenas indicam que as crianças são tratadas, como vimos anteriormente, como uma categoria homogênea, sem voz e sem anseios. As crianças estão em preparação para a vida adulta.

Se a infância é tratada de forma homogênea e permanentemente em contraposição ao adulto, como entender o encontro das crianças com o outro, com o diferente? Souza (2006, p. 101) responde da seguinte forma: “O encontro com o Outro [...] é a condição da Ética. Ética significa preservar e promover o outro enquanto Outro.” Para o autor, o encontro com o Outro fere as nossas certezas, pois se choca com o nosso próprio narcisismo. Nesse sentido, é no encontro das diferenças e no reconhecimento delas que se dá a vivência da Ética.

Complementando essas ideias, Esquirol (2008) traz como uma possível base para a Ética, o respeito, que deve fundado no olhar atento ao outro. Para o autor, “*O respeito é uma mistura de conhecimento e afetividade* [grifos do autor]” (p. 93). O conhecimento advém, portanto, de um olhar atento ao outro, à vida e a tudo que nos rodeia (pessoas, animais, natureza e coisas). Esse olhar não é invasivo, pelo contrário, no entendimento de Esquirol, o respeito é uma forma de se aproximar mantendo a distância.

Dessa forma, nos enfrentamentos com o outro, com o diferente do eu, devemos manter nosso olhar atento, de modo a respeitar esse mesmo outro em suas diferenças. Se considerarmos a definição lexicográfica “respeitar” significa: “1. Ação ou efeito de respeitar(-se). 2. Sentimento que faz com que se reverencie, se tenha em consideração algo ou alguém” (BECHARA, 2011, p. 1008), queremos utilizar aqui a palavra “respeito” como com consideração a si mesmo e a alguém.

Como reflexão podemos pensar se esse olhar atento com vistas ao respeito pode ser aprendido, exercitado e aprimorado. Essa discussão nos remete ao que Aristóteles defendeu em sua *Ética a Nicômaco*, ao tratar dos dois tipos de virtudes: a virtude intelectual e a virtude moral. A primeira “gera-se e cresce pelo ensino – por isso requer experiência e tempo; enquanto a virtude moral é adquirida em resultado do hábito, donde ter-se formado o seu nome por uma pequena modificação da palavra (hábito)” (ARISTÓTELES, 1991, p. 28). Portanto, as virtudes são adquiridas pelo seu exercício, pois “tornamo-nos justos praticando atos justos” (p. 29). Poderíamos pensar que nesses encontros com o outro há possibilidades de exercício de nossas virtudes morais. Se não tivermos o choque do encontro com o diferente



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

não poderemos exercer nossas virtudes, como afirma Aristóteles, ou o respeito como trata Esquirol.

Atualmente, muitas são as discussões sobre diversidade e respeito à diversidade. O termo “diversidade” parece ter assumido diversos significados e aplicações na contemporaneidade. Aqui assumimos a definição de Bechara (2011, p. 534): “1. Condição do que ou de quem é diferente, diverso, variado. 2. Desacordo, oposição. 3. Conjunto sortido”. Poderíamos entender que todos nós somos diferentes uns dos outros, formamos um conjunto sortido de seres humanos, portanto diversos e dos mais variados tipos. Nessa variedade é que temos a possibilidade de exercer o respeito pelo outro, pelo diferente de mim.

Entretanto para Silvério (2005, p. 87), a palavra diversidade nos remete à necessidade de verificar a característica mais básica, mais central, mais importante de um ser ou de algo

A diversidade é discutida em diversos âmbitos, da diversidade sexual à diversidade biológica. No sentido trazido por Silvério a diversidade aparece como aquilo que diferencia uma pessoa da maioria, aquilo que a torna diferente do resto ou mesmo a característica que essencialmente define alguém. Podemos pensar na diversidade como contraposição à maioria.

Especificamente no que se refere à escola pode se pensar nestas questões como possibilidades de tratar de temas relacionados ao respeito ao outro e às diferenças. Silva (2012) traz aportes no sentido de situar a escola como uma das possibilidades de reflexão e orientação sobre os valores, as virtudes e o respeito, muito embora o autor afirme que essa posição da escola e dos educadores como formadores de caráter não seja aceita, pois muitos professores refutam esse papel por acreditar que é dever da família prezar pelos valores. “Diante disso, queremos destacar a formação humanística, mais especificamente enfatizar o papel do educador (a) no processo de formação e reflexão de valores e como esses valores podem contribuir para a diminuição da intolerância” (SILVA, 2012, p. 27).

Através da discussão de assuntos ligados aos valores e ao respeito e pelo convívio harmonioso com as diferenças, a escola pode se tornar um espaço de mudança social, dessa forma, constituindo-se um ambiente formador não só das virtudes intelectuais como também das morais. A escola como um agente transformador pode interferir na sociedade via formação dos alunos e professores, promoção de um ambiente saudável para o desenvolvimento e desenvolvimento de consciência de cidadania, direitos e deveres. Silva



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

(2012, p. 55) aponta “que a prática da reflexão pode amenizar a intolerância, a violência e contribuir para a construção de comportamentos pró-sociais, bem como desenvolver a consciência de uma prática que tenha como objetivo a formação da cidadania”.

Corroborando essas ideias, Abramowicz e Levcovitz (2005) entendem que a diferença precisa ocupar outro lugar na sociedade, deixar de ser estranha, oculta e camuflada, para ocupar um lugar na multidão, na qual nada é definido, nada é para sempre. Trazendo a questão das diferenças para o âmbito escolar, as autoras defendem que deve haver uma “educação com a criança [...], assim, haja a possibilidade de um devir-criança” (p. 84).

Vale entender que as diferenças vão muito além dos aspectos físicos, pois se manifesta também nas crenças, culturas, línguas, identidades, valores, costumes, isto para citar algumas das principais diferenças. Nesse sentido, muito se fala em inclusão de Pessoas com Deficiência (PCD) e em pouco tempo muito foi feito pela causa da inclusão, o que talvez explique que os PCDs deixem de ser “satanizados”, como indicam Abramowicz e Levcovitz (2005), para fazerem parte da “multidão”. Cabe destacar que mesmo assim não se pode negar que as crianças com deficiência ainda atraem olhares de curiosidade, o que nesse caso poderia ser entendido como um olhar sem o devido respeito.

Não há como negar que a situação atual é muito mais propícia para que os PCDs possam se desenvolver na sua totalidade. Até mesmo a mudança das nomenclaturas – excepcionais, incapazes (usada no Direito Civil), deficientes, pessoas portadoras de deficiência, dentre muitas outras – demonstra a evolução conceitual recente da questão.

4 PERCURSOS METODOLÓGICOS

O presente artigo traz reflexões a partir de observações iniciadas no segundo semestre do ano de 2013 em duas turmas de Educação infantil de uma escola de caráter privado da cidade de Porto Alegre. As observações seguiram as indicações de Adler e Adler (1994). Foram realizadas visitas às turmas com a intenção de conhecer as crianças e as professoras como forma de imersão no campo de pesquisa. Como resultado destas observações, podemos afirmar que há integração das crianças ditas normais com as que possuem algum tipo de deficiência tanto na realização das atividades quanto das brincadeiras propostas. Os registros



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

realizados no diário de aula, na perspectiva de Zabalza (2008), descrevem os comentários das professoras, bem como nossas percepções acerca do processo.

Exemplo disso fica claro em duas observações (12 e 13 de novembro/2013) durante o momento de contar uma história para as crianças. A história escolhida para ser contada aborda os temas de inclusão e da aceitação das diferenças, o qual utiliza animais de uma fazenda que não aceitam brincar com uma ovelha cor de rosa por ela ser dessa cor. O livro utilizado foi *A Ovelha Rosa da Dona Rosa* de Donaldo Buchweitz (2009). As duas turmas em que ocorreram a atividade correspondem aos dois últimos anos da Educação infantil – nível III (crianças entre 4 e 5 anos) e ao nível IV (crianças entre 6 e 7 anos). Após o término da história as duas turmas comentaram o que haviam entendido e, nesse sentido, emergiram questões ligadas à aceitação das diferenças e ao convívio com os colegas que têm alguma deficiência. As crianças lançam o seu olhar sobre elas próprias a partir do estímulo dado pela história contada. Dessa forma, ocorreram manifestações descritas a seguir.¹

Professora: O que vocês acharam mais interessante na história?

Aluno 1: A gente não precisa ser igual!

A dona Rosa começou a gostar das outras cores.

Turma: Simmmm!

Professora: Somos todos diferentes, gostamos de coisas diferentes, de cores diferentes, temos características diferentes uns dos outros?

Turma: Simmmmm!

Professora: Então, todos nós somos diferentes? E isso é bom, né?

Turma: Simmmmm!

Nesse sentido, podemos dialogar com Arroyo (2008) e Sarmiento (2005) quando interrogam a construção da infância e das práticas pedagógicas relativas à criança. Mesmo que a história seja infantil, o diálogo entre a professora e os alunos não são infantilizados, mas adequados à idade das crianças, o que de certa forma rompe essa barreira entre o mundo dos adultos e o mundo das crianças. Entretanto, a partir da análise dos diários de aula e das observações em sala de aula, pode-se pensar que a aceitação da diferença parece muito mais

¹ Anotação do diário de aula em 13 nov. 2013.



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA
PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

difícil quando se trata de adultos, até mesmo pela falta do hábito – virtude moral – tal como cunha a expressão de Aristóteles (1991).

No dia 13 de novembro de 2013, havia 4 crianças na sala – dois meninos e duas meninas, sendo que um terceiro menino chegou depois que a história já havia acabado.

Aluno 1 (que não apresenta deficiência² e se refere ao colega que apresenta deficiência e que ainda não estava em aula): O [nome suprimido] é diferente e eu brinco com ele.

Professora: Olha que legal!

Aluna 2 (refere-se a sua colega que estava presente em aula; as duas não apresentam deficiência): Eu brinco com a [nome suprimido] mesmo que ela seja diferente de mim!

Interessante ressaltar que as duas manifestações foram espontâneas por parte das crianças, muito embora possamos entender que as crianças foram estimuladas pela história contada. Aqui encontramos uma possibilidade do encontro com o outro, que, no entendimento trazido por Souza (2006), promove a possibilidade de um comportamento ético. Podemos pensar que o entendimento das crianças sobre as diferenças e a inclusão de pessoas com deficiência vai além daquilo que comumente se entende – a inclusão da pessoa que por alguma característica é diferente da *multidão*, como sugere Silvério (2005) quando se refere ao fato de que possuímos uma característica essencial, especial e específica que nos difere dos outros.

Nesse sentido, as crianças parecem estar mais de acordo com o conceito que o autor da história infantil traz: “Então, os animais perceberam que não precisavam ficar iguais para brincar juntos, pois ninguém era igual, todos tinham características que os diferenciavam” (BUCHWEIT, 2009, p. 31). Parece-nos que o trecho sintetiza a essência da história contada e reforça a percepção das crianças sobre o acolhimento e respeito às diferenças. Podemos pensar que as crianças vão além do tipo de conceito mais trivial e entendem que todos são diferentes e, portanto, todos podem brincar juntos. Aqui também fica expressa a possibilidade da escola, personificada no(a) professor(a), de representar um espaço para a formação de valores, tal como defende Silva (2012).

² As características das crianças deficientes foram informadas pelas professoras das duas turmas.



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

Na mesma atividade realizada no nível III da mesma escola de Educação Infantil estão 7 alunos presentes na atividade. Diferentemente da outra turma, nesta há uma série de interrupções no momento da contação de história por parte dos alunos. Em geral, eles tecem comentários sobre a ovelha, por exemplo: que ovelha bonita; a ovelha está triste; olha que fofa.³ Um comentário que chamou atenção em especial:

Aluna 3: Acho que ela não queria ser rosa! Ela queria ser como as outras ovelhas.

O comentário foi feito com base na ilustração que mostra expressão de tristeza da ovelha rosa e as outras ovelhas rindo da sua situação. Antes que a professora lesse o trecho: “A ovelha rosa passou a se sentir diferente, rejeitada pelos outros depois de tornar-se rosa.” (BUCHWEIT, 2009, p. 17).

Será que podemos pensar que a necessidade de fazer parte e ser igual à multidão já se manifesta de alguma forma em crianças de 5 anos? Ou que a discussão da igualdade e das diferenças tem seu impacto na percepção das crianças? Não há como sabermos ao certo, entretanto podemos ter pistas no próprio tratamento dado pelos educadores na mesma escola. Já na primeira visita realizada, a orientadora pedagógica relatou que todas as crianças se conhecem, não só as da sua sala, e que às vezes perguntam se dois colegas são irmãos, quando percebem características físicas parecidas. A orientadora contou que, nesses casos, os alunos têm síndrome de Down. Esse relato ilustra como as diferenças e a inclusão são abordadas na escola e demonstra que o espaço construído contribui para uma visão que desconstrói as barreiras entre as pessoas.⁴

Professora (ao terminar a história): É mais importante ser igual ou ser cada um do seu jeito?

Turma: Simmmmm!

Professora: Então, cada um é especial do jeito que é.

Aluna 4 (referindo-se a uma colega que tem deficiência presente na aula): a [nome suprimido] é diferente da gente.

Aluno 5 (corrige): Todo mundo é diferente!

Aluna 4 (se corrigindo): Eu sou diferente de ti.

³ Anotação no Diário de Aula em 12 nov. 2013.

⁴ Anotação no Diário de Aula em 20 ago. 2013.



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

O aluno 6: Mas a [nome suprimido] tem o mesmo verde dos olhos da [nome suprimido]

É interessante notar que há uma cultura de aceitação da diferença e uma percepção especial para a inclusão na escola. Parece também que na escola há uma abordagem dessas questões construída com base no diálogo com as crianças, no sentido que defendem Abramowicz e Levcovitz (2005). Por isso mesmo, vale continuar com a investigação na escola para melhor entender as interações entre a ação pedagógica e a percepção das crianças sobre as diferenças e o convívio respeitoso com a diversidade e a inclusão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que haja um discurso homogêneo sobre a infância e que uma série de documentos internacionais e nacionais tratem da infância e seus direitos, entretanto é nas vivências da infância que surgem particularidades que não cabem num discurso hegemônico. Fazemos tal afirmação no sentido de ressaltar que a escola em que realizamos essa investigação é referência em inclusão. Ela destacou-se por ser a primeira escola com crianças com deficiência sem ter a denominação de “escola de inclusão” ou “escola especial”. A proposta é tratar das diferenças como uma algo natural no cotidiano escolar e, por via de consequência, como uma forma de se relacionar com a vida e na constituição dessas pessoas. Essa proposta educacional se evidencia nas manifestações das crianças trazidas para a análise neste artigo.

Pelas falas das crianças, percebe-se há a noção de que todos nós somos diferentes, e de que aquilo que nos diferencia vai das distinções mais óbvias. A forma das crianças entenderem o acolhimento e o respeito é por meio da brincadeira. As crianças usam duas conjunções para relatar esse brincar: “e” e “mesmo que”. Ao usarem o uso da conjunção aditiva “e” as crianças expressam uma atitude mais inclusiva que aquela que estamos acostumados a notar em adultos, que, em geral, usam conjunções adversativas, como “mas”, que expressa uma realidade contrária à expectativa. Neste caso específico, podemos pensar que as noções de inclusão e de diversidade são mais naturais para as crianças do que para os adultos. Vale entender que “mesmo que” é uma conjunção concessiva, portanto expressa uma



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

concessão frente a um fato inesperado. No caso, o encontro com o outro, que é diferente de mim.

Outra questão que aparece nas falas das crianças é a forma como elas expressam a noção de diferença em relação aos colegas que têm alguma deficiência. Se a colega percebe diferenças apenas entre ela e a menina que possui deficiência, o menino entende que todos nós somos diferentes e, portanto posso complementar, dignos de respeito e de um olhar ético.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, A; LEVCOVITZ, D. Tal infância. Qual criança?. In: ABRAMOVICZ, A; SILVÉRIO, V.R.. **Afirmando diferenças**: Montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. Campinas: Papirus, 2005. p. 73-85.
- ADLER, P. A.; ADLER, P. Observational technics. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. California: Sage, 1994. p. 377-392.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco e Poética**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- ARROYO, M. G. A infância interroga a pedagogia. In: SARMENTO, M. J.; GOUVEA, M. C. S. **Estudos da infância**: Educação e práticas sociais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 119-140.
- BECHARA, E. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- BRASIL. **Código Civil**. 2002. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 24 mar. 2014.
- BRASIL. **Código Penal**. 1940. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em 24 mar. 2014.
- BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 24 mar. 2014.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. 1990. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 24 mar. 2014.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. 1996. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 24 mar. 2014.



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA
PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

BUCHWEITZ, D. **A ovelha rosa da dona Rosa**. São Paulo: Ciranda Cultura, 2009.

ESQUIROL, J. M. **O respeito ou o olhar atento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PEREIRA, E. W.; TEIXEIRA, Z. A. A educação básica redimensionada. In: BRZEZINSKI, I. (org.). **LDB interpretada: Diversos olhares se entrecruzam**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 87 – 109.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: Interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação e sociedade**. Campinas, vol. 26, n. 91, p. 361-378, maio-ago, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a03v2691.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. (Orgs.) **Crianças e miúdos: perspectivas sócio-pedagógicas da infância e educação**. Porto: Asa, 2004. p. 9-34.

SARMENTO, M. J.; FERNANDES, N.; TOMÁS, C. Políticas públicas e participação infantil. **Educação, sociedade e cultura**, Porto, n.5, 2007, p. 183-206.

SARMENTO, M. J.; GOUVEA, M. C. S. Apresentação – Olhares sobre a infância e a criança. In: _____. **Estudos da infância: Educação e práticas sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 7-13.

SILVA, C. A. A contribuição dos valores éticos para a promoção da diversidade, cidadania e o respeito. In: SILVA, C. A.; MUÑOZ, M. A. D. **Diversidade na educação, respeito e inclusão: Valores éticos e comportamentos pró-sociais**. Porto Alegre: Edipucrs, 2012. p.13-68.

SILVÉRIO, V. R. A (re)configuração do nacional e a questão da diversidade. In: ABRAMOVICZ, A; SILVÉRIO, V.R.. **Afirmando diferenças: Montando o quebra-cabeça da diversidade na escola**. Campinas: Papyrus, 2005. p. 87-108.

SOUZA, R. T. A dignidade da pessoa humana. In: KIPPER, D. J. (org.). **Ética teoria e prática: uma visão multidisciplinar**. Porto Alegre: Edipucrs, 2006. p. 100-132.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 2000. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2014.

UNESCO. **Introducing Unesco**. 201[...]. Disponível em: <<http://en.unesco.org/about-us/introducing-unesco>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

UNICEF. **Declaração dos Direitos da Criança**. 1989. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm>. Acesso em: 20 mar. 2014.

UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. 1990. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm>. Acesso em: 20 mar. 2014.



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA
PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

UNICEF. *Who we are*. 2012. Disponível em:
<http://www.unicef.org/about/who/index_introduction.html>. Acesso em: 20 mar. 2014.

ZABALZA, M. A. **Diários de aula**: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Porto Alegre: Artmed, 2004.